

PAULO FREIRE E SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS QUE SE CRUZAM NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Isadora das Graças Freitas¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer o debate sobre a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais ao longo da história da profissão, buscando uma interface com o debate sobre Paulo Freire e Serviço Social. Para isso resgata-se elementos da história do Serviço Social, em especial sobre o Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos Sociais; Paulo Freire; Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

Abstract: The present paper aims to bring the debate about the approach between Social Work and social movements throughout the history of the profession, seeking an interface with the discussion about Paulo Freire and Social Work. To do this, elements from the history of Social Work are rescued, especially the Latin American Reconceptualization Movement.

Keywords: Social Work; Social Movements; Paulo Freire; Latin American Reconceptualization Movement.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em abordar uma reflexão sobre a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais ao longo da história da profissão, buscando uma interface com o debate sobre Paulo Freire e Serviço Social.

Para isso, no primeiro momento será abordado sobre o Serviço Social e o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, com vistas a resgatar elementos que permitam demonstrar a aproximação da categoria profissional com os movimentos sociais, especialmente a partir da década de 1960.

No segundo momento, será apresentado um debate sobre os encontros e desencontros entre o Serviço Social e Paulo Freire, a fim de demarcar que essa aproximação se deu especialmente pela via dos movimentos sociais. E nas considerações finais do artigo haverá reflexões acerca do debate sobre Serviço Social e movimentos sociais, afirmando a importância dessa relação para o fortalecimento da luta de classes.

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFJF. ORCID:0009-0005-7624-1139.E-mail: isa.freitas101@outlook.com.

SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme aponta Duriguetto (2016) a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais das classes subalternas pode ser compreendida a partir do Movimento de Reconceituação Latino-Americano. Contudo, Duriguetto (2016, p.98) ressalta que “a relação do Serviço Social com conflitos sociais de classe e segmentos subalternos organizados perpassa a profissão desde a sua gênese ainda que esta relação fosse permeada pelo controle do seu cotidiano, a reprodução da dominação e o apaziguamento desses sujeitos”.

Dito isso, é importante elucidar que o Movimento de Reconceituação da América Latina representa os primeiros movimentos de crítica ao Serviço Social tradicional (Iamamoto, 2015). Nas palavras da autora, era um movimento de

[...] denúncia — de autocrítica e de questionamentos societários — que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apontasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (Iamamoto, 2015, p.207).

Entretanto, esse movimento não acontece de forma isolada dos acontecimentos sócio-históricos da sociedade, sendo perpassado por vários determinantes como a ditadura civil-militar (Netto, 2015). Instaurada no Brasil em 1964, através de um golpe de Estado, tinha como finalidade atender às requisições do Capital internacional, adequando o Brasil a outros padrões de desenvolvimento nacionais, ainda numa condição subalterna aos países centrais (Netto, 2015).

Esse processo culminou na reorganização do Estado burguês, que precisou criar uma série de políticas e estratégias para implementar seus objetivos, o que demandou também a alteração dos perfis profissionais para adequação ao projeto modernizador (Netto, 2015). Inclusive, o Serviço Social buscou consolidar um perfil profissional com uma postura mais moderna, para conseguir atender as demandas burocráticas das instituições, consolidando uma prática mais racionalizada e mecanizada, seguindo a lógica da ditadura (Netto, 2015).

Conforme Iamamoto (2014), o Movimento de Reconceituação foi marcado pela heterogeneidade, cuja uma série de protagonistas como pesquisadores, estudantes e assistentes sociais de base, colocaram-se diante da busca de um novo Serviço Social latino-americano, que pautasse as particularidades da América Latina. E que no caso do Brasil, viesse a

consolidar um perfil profissional que respondesse às demandas do país, levando em consideração as particularidades históricas do mesmo (Netto, 2015).

É esse processo de construção coletiva que aponta para caminhos que culminou em projetos profissionais com direções teórico-metodológicas diferentes e em disputa pela hegemonia (Netto, 2015). Assim Netto (2015) afirma que o processo de renovação do Serviço Social no Brasil foi marcado por três principais direções, sendo elas: a perspectiva modernizadora; a perspectiva de reatualização do conservadorismo; e a perspectiva de intenção de ruptura — a qual será dado ênfase por se tratar de uma perspectiva que caminha rumo ao debate da aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais.

A perspectiva Intenção de Ruptura incorporou os segmentos mais críticos da categoria profissional que se colocaram claramente na defesa da ruptura com o Serviço Social tradicional e avançaram na construção de um arcabouço teórico e ideocultural que possibilitasse repensar a profissão e a sociedade — marcada pela luta de classes antagônicas. Inclusive, a partir de debates no interior das universidades, a fim de fortalecê-los e qualificá-los através de estudos, pesquisas e ações entre os profissionais, pesquisadores e estudantes de Serviço Social (Netto, 2015).

Além disso, em meados da década de 1960, conforme aponta Duriguetto (2016), há inserção de novos quadros docentes, cujos professores eram atuantes nas organizações da esquerda católica e já tinham tido contato direto com obras de referencial marxista— leituras realizadas, inclusive, nos momentos de formação política dos movimentos sociais e estudantis que participavam.

Essa perspectiva incorporou uma grande parcela de assistentes sociais, que se colocaram em prol da construção de um novo Serviço Social brasileiro e faziam, também, uma crítica à autocracia burguesa e ao momento sociopolítico, a ditadura militar. Por consequência desse envolvimento da categoria profissional e resultante de experiências e formulações efetivadas entre 1972 e 1975, teve-se como um marco o “Método BH”, consolidado por um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (Netto, 2015)².

² Para saber mais sobre o “Método BH”, ler a obra “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” do autor José Paulo Netto.

Cabe inferir que no primeiro momento, as produções e documentações construídas pelos assistentes sociais apoiadores dessa perspectiva trazia consigo um caráter eclético (Netto, 2015). É na década de 1980 que a perspectiva de Intenção de Ruptura ganha mais fôlego e afinco, na consolidação desse projeto de ruptura. Assim, com o arcabouço teórico melhor consolidado e ancorado na tradição marxista, a categoria profissional faz uma análise intensa das formulações construídas por essa perspectiva, dando novos direcionamentos à profissão.

Conforme Duriguetto (2016, p.101-102) aponta, a aproximação da profissão com os movimentos sociais tornou-se mais forte, por volta da década de 1980, devido há alguns fatores: “a reinserção da classe operária no cenário político nacional na segunda metade dos anos de 1970”; “a recorrência à teoria marxiana e à tradição marxista, superando a remissão a manuais simplificadores do marxismo”; a “dimensão sócio-espacial”, que refere-se aos assistentes sociais catalisar e responder às demandas da classe trabalhadora nos espaços de trabalho, inclusive se reconhecendo como parte desta classe; e a “consolidação acadêmica e político-organizativa da profissão”.

Cabe elucidar, segundo Duriguetto (2016), que nesta época também o Serviço Social iniciou o processo de reorganização das entidades sindicais da categoria, criando-se a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) (1979-1983) e a Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais (ANAS) (1983-1985). Em 1985 a ANAS filiou-se à Central de União dos Trabalhadores (CUT) e em 1994 houve a dissolução da ANAS, “como uma estratégia de unificação da classe trabalhadora e de rompimento com corporativismos das estruturas sindicais” (Duriguetto, 2016, p.103).

Cumprir destacar também que a década de 1980 é marcada pela efervescência dos movimentos sociais e sindicatos. Badaró (2020) afirma que há o ressurgimento dos movimentos grevistas e as lutas de outros movimentos sociais que se expressou na criação do PT (1979/1980), CUT (1983) e MST (1984), mobilizações da campanha “Diretas já”, assim como ganha força movimentos sociais de diversas bandeiras, como Movimento de Mulheres, Movimento Negro, Movimento LGBTQIA+, entre outros.

Nesse conjunto de transformações — inclusive com o declínio da ditadura —, o terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, marca a ruptura do Serviço Social com a hegemonia do conservadorismo na profissão. Duriguetto (2016, p.102) afirma que neste congresso houve “uma momento de ruptura da categoria, sob direção das entidades sindicais,

com as posições conservadoras que estavam à frente do evento”, alterando-se a programação, organização e direção política do evento, com apoio da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), incluindo participantes de movimentos de base, lideranças sindicais e movimentos sociais na participação do congresso. Alterações essas que sinalizaram um novo rumo para a profissão, ao assumir uma defesa clara com o interesses da classe trabalhadora e se reconhecendo como parte desta. Isso é uma evidência sólida da conexão entre Serviço Social e movimentos sociais.

Nota-se que a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e sindicatos— inclusive a reorganização do seu próprio sindicato, possibilitou o fortalecimento da categoria profissional e a aproximação dos assistentes sociais com as demandas e lutas da classe trabalhadora. Essa aproximação do “movimento de ‘intenção de ruptura’ com o conservadorismo e de sintonia com as organizações populares e sindicais impactou também o conjunto CFAS/CRAS” (Duriguetto, 2016, p.), e os assistentes sociais sindicalizados passaram a disputar a direção desses conselhos de representação da categoria.

Convém evidenciar que ao longo da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, outros debates surgiram no âmbito do Serviço Social, entre eles, o debate da dimensão ídeo-política da profissão (Duriguetto, 2016). Conforme afirma Duriguetto (2016, p.104) esse debate foi desenvolvido por segmentos do Serviço Social, cujas propostas de intervenção pautavam-se no “compromisso com os setores populares”, tendo como principais estratégias a “formação de alianças, educação popular, investigação-ação e assessoria aos setores populares”, nas “instituições estatais, empresas privadas e os movimentos sociais” (Duriguetto, 2016, p.105).

Duriguetto (2016, p.105) adverte sobre as imprecisões e equívocos acerca dos componentes da dimensão ídeo-política, especialmente sobre “o assistente social como um ‘educador popular’, como ‘intelectual orgânico’ e a transformação social como objetivo profissional”. Debates que iniciaram por volta da década de 1980 e que embora tenham avançado, ainda hoje possuem lacunas³.

³ Este trabalho não irá abordar a discussão sobre a dimensão ídeo-política, reconhecendo a profundidade e maturidade teórica que isso exige. A importância desta discussão na atualidade aparece no livro “O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades: Reflexões sobre as dimensões do Serviço Social”, das autoras Adriana Ramos, Fátima Grave Ortiz e Luciana Gonçalves Pereira de Paula, lido e debatido na íntegra ao longo Revista Serviço Social em Perspectiva

Nota-se que a perspectiva de Intenção de Ruptura, mesmo diante do cenário sociopolítico marcado pela ditadura civil-militar, conseguiu avançar ao construir um novo Serviço Social que rompesse de fato com as bases tradicionais da profissão no que concerne a sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. Entretanto, esses avanços não se deram de forma linear, precisando a categoria profissional recuar em alguns momentos.

Todo esse processo possibilita a reformulação do Código de Ética dos assistentes sociais em 1986, que expressa uma nova perspectiva da “Ética” para o Serviço Social — algo fruto do acúmulo teórico das discussões realizadas nos anos anteriores. Nele aparecem vários princípios que visam fortalecer a atuação profissional dos assistentes sociais, dentre eles: a defesa dos interesses da classe trabalhadora; a garantia da qualidade dos serviços para os usuários — bem como a alteração do próprio termo “clientes” para “usuários”; a importância da aproximação com os movimentos sociais e sindicatos, com o objetivo de fortalecer a luta da classe trabalhadora. Nele pauta-se a liberdade como valor ético central; a garantia da autonomia e a participação ativa dos usuários nas ações; o fortalecimento da democracia; e a emancipação humana. Além da demarcação da necessidade de construir uma nova sociedade que rompa com a ordem social do capital, onde não haja exploração de nenhuma classe, gênero, raça e etnia (CFESS, 2012).

Nesse contínuo esforço do conjunto da categoria profissional em construir uma direção crítica para o Serviço Social durante a década de 1990, culmina-se o Código de Ética de 1993 — que traz algumas reformulações do Código de Ética de 1986, porém mantém o compromisso com a historicidade dos avanços da década de 1980. Há também, em 1993, a aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Duriguetto, 2016). Esses processos marcam a construção do Projeto Ético Político hegemônico da profissão, frutos do amadurecimento do processo de consolidação da Intenção de Ruptura.

Portanto, não se pode pensar na construção do Código de Ética e do Projeto Ético-Político isolado dos determinantes sócio-históricos que os constituem, na perspectiva de compreender o que eles expressam e na intenção de reafirmar a importância de seus princípios e direções. Eles se expressam no cotidiano profissional dos assistentes sociais e devem estar

dos encontros, em 2023, do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) da UFJF.

cada vez mais presentes e consolidados para fazer frente a outros projetos profissionais do Serviço Social que seguem em disputa pela hegemonia.

PAULO FREIRE E SERVIÇO SOCIAL

Como demonstrado no capítulo anterior as transformações ocorridas no Serviço Social entre as décadas de 1980 e 1990 localizam o Serviço Social na realidade histórica, inicia uma intensa discussão que descortina o processo de alienação, possibilitando que os sujeitos profissionais afirmam uma direção teórica e política mais coerente com a luta de classes na sociedade capitalista. Entre tantos sujeitos importantes para esse processo é preciso situar Paulo Freire.

A trajetória de vida e profissional de Paulo Freire é profundamente marcada pelo processo iniciado em abril de 1964, quando instalou-se no Brasil, a partir de um golpe de Estado, a ditadura civil-militar empresarial, marcada pelo autoritarismo, censura e repressão, a fim de estagnar as forças populares da sociedade brasileira como mecanismo para garantir a ordem estabelecida e atender a requisições internacionais (Netto, 2015). E esse mesmo contexto sociopolítico não marca apenas o rumo de Paulo Freire, mas também é catalisador de condições sócio-históricas para ocorrer o processo de Renovação do Serviço Social, onde a história da profissão ganha um novo direcionamento.

Alguns fatos históricos indicam a relação entre o Serviço Social e Paulo Freire, dentre eles o fato de que, segundo Scheffer (2013), o educador foi diretor do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social da instituição do Serviço Social da Indústria (SESI) em Pernambuco (1947-1954) e superintendente da mesma (1954-1957), onde desenvolveu um trabalho voltado para analfabetos pobres.

Cabe ressaltar que a partir da década de 1940 começou-se uma forte influência norte-americana para a disseminação da trilogia metodológica caso, grupo e comunidade, que contou com um grande número de assistentes sociais em suas ações (Scheffer, 2013). Evidencia-se que o desenvolvimento dessas ações com comunidades, no início da década de 1960, propiciou aos

assistentes sociais experiências vastas de abordagens grupais com ênfase educativa, tendo como base as ideias de Paulo Freire (Scheffer et al., 2021).

Além disso, Scheffer et al. (2021) indicam que nos primeiros anos da década de 1960, assistentes sociais e estudantes do Serviço Social de esquerda engajaram-se no Movimento pela Educação Básica (MEB) e desenvolveram atividades de alfabetização, animação popular e trabalho de sindicalização que tinham como base a pedagogia de Paulo Freire. Duriguetto (2016, p.105) também aponta a influência de Paulo Freire na realização de ações educativas realizadas pelos assistentes sociais nos movimentos sociais vinculados à Igreja Católica, em especial o CEBs. Essa aproximação possibilitou que a profissão atuasse com os membros da classe trabalhadora por uma outra perspectiva, em trabalhos de grupo por um viés mais “popular”, além da aproximação com os sindicatos através do trabalho de base, de sindicalização. Mesmo sem intencionalidade na ação, isso possibilitou uma vivência política para os assistentes sociais e novas formas de repensar as práticas profissionais.

Além disso, segundo Scheffer (2013), Paulo Freire participou como convidado principal da mesa de abertura do II Encontro do Nordeste de Serviço Social em 1964, “o que significou uma ‘aliança simbólica’ da categoria profissional com o pensamento freiriano” (Scheffer, 2013, p.297). Como já dito, é na década de 1960 que se inicia o Movimento de Reconceituação Latino-Americano e o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.

Cabe ressaltar que a perspectiva de Intenção de Ruptura influenciou e foi influenciada pelas ideias do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, inclusive a literatura na qual inspiraram-se — ou seja, as obras e os autores que os países latino-americanos estavam se nutrindo para embasar a construção de um novo Serviço Social que rompesse com o tradicionalismo da profissão — que influenciava a construção do arcabouço teórico do Serviço Social brasileiro (Netto, 2015). Nesse processo, incorporar leituras progressistas ou críticas de matriz brasileira ou latino-americana, em especial sobre a realidade brasileira, era a via escolhida para construir e consolidar um novo caminho para o Serviço Social, sendo Freire um dos autores — que na época tinha lançado suas principais obras no exílio como “Pedagogia do Oprimido”. Contudo, Netto (2015) afirma que no que tange às propostas contestadoras, os estudos e as produções do movimento de reconceituação não se limitaram a simples incorporações freireanas, pois avançaram para uma perspectiva mais radical, de compreender as estruturas da sociedade de classes.

De acordo com Scheffer et al. (2021), apesar da mudança dialético-teórica no pensamento de Freire vista em sua obra *Pedagogia do Oprimido* e a aproximação que o educador estabelece com o pensamento marxista — através de diálogos na referida obra com autores como Hegel, Lukács, Marx, Engels e Lênin —, Paulo Freire não recusa outros referenciais teóricos como os da Filosofia Cristã, fazendo assim a fusão de diferentes matrizes do pensamento, o que demonstra o ecletismo teórico presente em suas obras.

Evidente que o Serviço Social já fez análises desse período histórico (Iamamoto, 2014; Netto, 2015) e apontamentos sobre as contribuições de Paulo Freire para a profissão (Netto, 2015; Scheffer et al., 2021), afirmando que o educador não pode ser considerado um autor marxista devido ao ecletismo teórico presente em suas obras, o que explica o motivo pelo qual Freire não é uma referência teórica para o Serviço Social brasileiro.

É na década de 1980, caminhando para o fim da ditadura civil-militar empresarial, que há um notório avanço no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro — com ênfase na construção da proposta defendida pelos protagonistas da perspectiva de Intenção de Ruptura e o próprio processo de crítica e revisão daquilo que havia sido construído até o momento — que demarca para a profissão um novo direcionamento, tornando-a uma profissão hegemonicamente crítica alinhada ao referencial marxista, demarcando uma clara opção em prol da defesa da classe trabalhadora e aliada aos movimentos sociais.

Portanto, cumpre reiterar que apesar do distanciamento do Serviço Social com o pensamento freireano, Paulo Freire foi um dos sujeitos que contribuiu para o Serviço Social repensar diversas questões, dentre elas a dimensão educadora da profissão, os elementos políticos presentes na intervenção profissional, o trabalho em grupo por uma perspectiva da educação popular (ainda que com equívocos e imprecisões) e sobre a importância de uma educação crítica que se oponha a esse modelo de educação bancária (Freire, 2019b). Sendo assim, pode-se dizer que a aproximação do Serviço Social com Paulo Freire se constituiu ora como avanço, ora como limite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo buscou-se resgatar a importância da aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e sindicatos para o fortalecimento da construção do Projeto Ético Político da profissão. Duriguetto (2016) destaca que há pouca produção teórica sobre a relação entre a profissão e os movimentos sociais. Além de desafios no que concerne a inserção do debate sobre a relação do Serviço Social e os processos de mobilização e organização popular na formação profissional — inclusive, recuperando discussões sobre a equivocada leitura e postura militantes do fazer profissional que ainda perdura entre alguns assistentes sociais.

O debate sobre os encontros e desencontros entre Paulo Freire e Serviço Social, evidenciam as contribuições desse educador para a profissão, mesmo quando sua influência foi identificada como limitada para a direção teórica, política e ética que estava se construindo para o Serviço Social. Mas ao mesmo tempo, esse debate (Paulo Freire e Serviço Social) tem como linha tênue os movimentos sociais, pois é justamente nos espaços de organizações populares que a “metodologia de educação popular” (Duriguetto, 2016, p.110) de Paulo Freire foi utilizada, nos quais muitos assistentes sociais se inseriram.

Duriguetto (2016, p.112) ressalta que “a relação entre o Serviço Social e as lutas das classes subalternas é um componente ineliminável da nossa profissão, uma vez que a sua constituição sócio-histórica tem na questão social — e nas suas determinações centrais— a sua explicação fundante.” É em meio às lutas e conflitos de classe que as demandas chegam ao assistente social implicando sua intervenção. O que aponta para a importância de identificar perspectivas de trabalho que podem ser desenvolvidas nos diversos espaços sócio ocupacionais do assistente social em articulação com as lutas sociais da classe trabalhadora.

Portanto, é fundamental que os assistentes sociais contribuam com o fortalecimento dos processos de mobilização e organização popular, além do adensamento das discussões teóricas sobre a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais, a fim de olhar para os elementos da história da profissão na intenção de avançar ainda mais nos debates já consolidados. É crucial pensar em estratégias que caminhem em direção a um projeto societário construído pela classe trabalhadora — sendo os assistentes sociais parte desta classe—, pois somente através da luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras será possível superar a ordem do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, M. **As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização?** Esquerda Online, Rio de Janeiro, p.1-21, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2024.

DURIGUETTO, M. L. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo.** In: SILVA, M. L. O. (org.). Serviço Social no Brasil : História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SCHEFFER, Graziela. **Pedaços do Tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social.** Textos & Contextos. Porto Alegre, Vol. 12, N° 1, p.292-311, jan./jun., 2013. Disponível em:<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/14152/10741>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

SCHEFFER, Graziela et al. (org.). **Serviço Social e Paulo Freire:** Diálogos sobre educação popular. Curitiba: CRV, 2021.

_____. **Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire:** caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER, Graziela et al. (org.). Serviço Social e Paulo Freire: Diálogos sobre educação popular. Curitiba: CRV, 2021.